



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Quarta-feira

(11/07)

Manchetes

Jornal do Brasil: Polícia considera de “grande êxito” ação na Maré que matou sete; Defensoria e entidades criticam

Pastoral Carcerária: Goiás registra 233 mortes nas ações da Polícia Militar em apenas 6 meses

G1: Mato Grosso: Agentes penitenciários paralisam por 48 horas por falta de efetivo e superlotação

Ponte: São Paulo: Lei estadual determina que Defensoria Pública forneça atendimento jurídico gratuito a policiais

Justificando: Temer sanciona criação do Ministério da Segurança Pública

O Paraná: Ministério Extraordinário cancela envio de Força Nacional para Catanduvas

A Crítica: Manaus: Instrução processual do 'Massacre do Compaj' começa terça-feira (17)

G1: Rio Grande do Sul: Falta de vagas faz com que presos passem a madrugada em viaturas

Consultor Jurídico: Reportagem da Conjur apurou que cartas e abaixo-assinado de presos de Goiás, entregues à ministra Cármen Lúcia, não foram respondidos

Síntese das notícias

Ministério da Segurança Pública é sancionado: O presidente Michel Temer sancionou, na última terça-feira (10), a Lei nº 13.690/18, que cria o Ministério Público da Segurança. A nova legislação também transforma o Ministério da Justiça e da Segurança Pública em Ministério da Justiça. A pasta já existia desde fevereiro, por força de uma Medida Provisória que criava o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Sancionada pelo presidente, a existência do Ministério passa a ser definitiva. À época da publicação da Medida Provisória, o Observatório da Intervenção apontou violações jurídicas e políticas envolvidas na criação do novo ministério. Fonte: **Justificando**.

Letalidade policial: Levantamento feito pelo jornal **O Popular** informa que o número de pessoas mortas em ações da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO) em 2018 é o mais alto da história. No total, 233 mortes foram registradas em seis meses. O número corresponde a mais de uma morte por dia decorrente de operações policiais. A pesquisa mostra que as abordagens que resultaram em morte envolveram 351 PMs. Fonte:



Pastoral Carcerária.

Defensoria repudia assistência jurídica gratuita a policiais: Lei estadual, sancionada na quarta-feira (4), determina que Defensoria Pública de São Paulo faça defesa jurídica gratuita de policiais civis, militares e técnicos científicos que forem acusados de crimes praticados no exercício de suas funções. Defensores públicos são contra as alterações nas atribuições do órgão. Especialistas ouvidos pela **Ponte** afirmam que a medida é inconstitucional.

Carceragem em viatura: **G1** noticia que presos passaram a madrugada em viaturas da Polícia Militar do Rio Grande do Sul por falta de vaga em unidades prisionais. Pelo menos oito automóveis, estacionados em frente à sede da Polícia Civil, foram utilizados como celas improvisadas.

Paralisação de servidores penitenciários: Os servidores do sistema penitenciário de Mato Grosso fazem uma paralisação de 48 horas a partir desta quarta-feira (11) em todas as unidades do estado. De acordo com o Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso (Sindspen-MT), a principal reivindicação é a falta de agentes e a superlotação no sistema penitenciário. Fonte: **G1**.

Críticas a relatório da polícia: O “Fórum Basta de Violência. Outra Maré é Possível” publicou nas redes sociais nota de repúdio ao relatório da Polícia Civil que considerou um “grande êxito” a operação deflagrada no Complexo da Maré, no último dia 20 de junho, que resultou na morte de sete pessoas, dentre elas a do estudante Marcus Vinícius da Silva, de 14 anos. A posição do Fórum foi endossada pela Defensoria Pública do Rio, que também viu excessos na ação policial. Informação do **Jornal do Brasil**.

Massacre do Compaj: Testemunhas do massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), que resultou na morte de 56 internos, começam a ser ouvidas pela justiça a partir de terça-feira (17). Inicialmente, serão ouvidas as 61 testemunhas que foram arroladas pela defesa e acusação. Ao todo, são 213 réus denunciados pelo MP-AM pelos crimes de homicídio qualificado, tortura e vilipêndio de cadáver. Fonte: **A Crítica**.